

A Reinvenção do Brazilianismo¹

FABIANO MAISONNAVE

University of Connecticut

Há uma nova geração no brasilianismo norte-americano. Ecoando tendências recentes surgidas nos EUA, esses trabalhos estão renovando o estudo sobre o Brasil em várias disciplinas, com destaque para a história, a ciência política e a antropologia. As novas pesquisas se beneficiam das mudanças na estrutura acadêmica norte-americana, da herança de cerca de 60 anos de estudos sobre o Brasil nos EUA, da abertura democrática brasileira e da globalização. Nos últimos três anos, essa geração tem publicado vários livros que consolidam a renovação do brasilianismo.

Uma boa metonímia dessa renovação foi o seminário sobre o Brasil na Universidade de Colúmbia, em Nova York, no dia 13 de março de 1999. O tema da apresentação daquela noite, movimentos negros em São Paulo e em Salvador, e a palestrante, Kim Butler, historiadora afro-americana, indicavam as novas reorientações de pesquisa e a diversificação do perfil dos brasilianistas que continuam a se aventurar pelo Brasil.

Foi um encontro de três gerações. A primeira estava representada simbolicamente pelo nome da sala: Frank Tannenbaum. No seu estudo pioneiro e influente comparando a escravidão nas Américas, o historiador buscava explicar a suposta falta de tensão racial no Brasil e na América Latina em contraste com os Estados Unidos, afirmando que, no primeiro caso, os escravos recebiam um tratamento mais "humano". Como se sabe, a tese de Tannenbaum não ajudou muito à crítica ao mito da democracia racial brasileira.²

Entre os brasilianistas, a crítica mais acirrada às relações raciais no Brasil viria com a segunda geração, representada naquela noite pelo historiador ganês Anani Dzidzienyo, pioneiro afro-brasilianista e autor de *The Position of Blacks in the Brazilian Society*,³ um dos primeiros estudos feitos por um estrangeiro a considerar a história social dos negros. Dzidzienyo talvez seja a maior ligação entre a geração anterior e a dos anos 90: é responsável direto

pela "conversão" de novos brasilianistas como Jeffrey Lesser, Melissa Nobles e Ollie Johnson e tem atuado como coordenador da nova geração que estuda relações raciais no Brasil.⁴ Da segunda geração, também estava a historiadora June Hahner, uma das primeiras brasilianistas a estudar a mulher brasileira.⁵

Butler representava de certa forma o perfil de boa parte da terceira geração: são pesquisadores muitas vezes oriundos de minorias, preocupados com temáticas "de baixo para cima" e hábeis em conciliar exigências profissionais com convicções políticas. Da primeira geração, Butler herdou a tradição dos estudos comparativos, mas sob um novo prisma. Tannenbaum se interessou pela escravidão; o recorte de Butler são os primeiros anos após a abolição. Tannenbaum compara as Américas a partir da instituição da escravidão; Butler usa o conceito de diáspora atlântica. Por fim, Tannenbaum enfatiza a pouca tensão racial na América Latina; enquanto Butler estuda movimentos políticos negros em Salvador e em São Paulo.

O grande salto entre Tannenbaum e Butler foi marcado por trabalhos como o de Dzidzienyo e Hahner. Ambos são exemplos de brasilianistas da segunda geração cujos estudos e dedicação docente abriram as portas para os trabalhos recentes. Além disso, a presença de ambos contesta a visão esquemática que contrasta estudos dos "grandes temas", nos anos 60, a temas menos "relevantes" desta nova geração.⁶

A participação brasileira no seminário também era instigante. Estava presente José Carlos Meihy, autor de dois livros sobre o brasilianismo.⁷ Ele está preparando um terceiro volume sobre a nova geração, que certamente incluirá Butler. Na época pesquisador-visitante na Universidade de Colúmbia, Meihy é um exemplo do crescente intercâmbio entre os dois países, estimulado por um número cada vez maior de pesquisadores brasileiros treinados nos Estados Unidos, cuja influência no Brasil só tem aumentado, em contraponto ao declínio da influência francesa. É de notar que vários pesquisadores que têm se destacado nos vinte últimos anos, como Nelson do Valle Silva, Carlos Hasenbalg,⁸ João José Reis e Sidney Chalhoub, entre outros, passaram por universidades norte-americanas. O contato também tem sido fortalecido pelos congressos da Brasa (Brazilian Studies Association)⁹ e pela atuação da Comissão Fulbright no Brasil.

Ao lado de Meihy, havia dois ativistas negros brasileiros: Dulce Maria Pereira, presidenta da Fundação Palmares, o maior centro de documentação sobre afro-brasileiros, localizado em Brasília, e o jornalista Fernando Conceição. A presença de ativistas afro-brasileiros ali era algo quase impensável 30 anos atrás. Simbólica também foi a participação da mulher de um ex-ministro e atual diplomata da missão brasileira na ONU. Enquanto Conceição e Pereira davam mostras de avanço da discussão racial no Brasil,

as intervenções da embaixadora só fizeram lembrar que ainda há um longo caminho a percorrer no combate ao mito da democracia racial, sobretudo dentro da elite brasileira.

No conjunto, o seminário evidenciava os novos campos de discussão criados nos últimos anos no Brasil para discutir a questão racial: a crescente comparação com os Estados Unidos, o maior intercâmbio de idéias entre ativistas e acadêmicos e entre brasileiros e norte-americanos e a abertura, ainda que tímida, do governo de Fernando Henrique Cardoso para a discussão do tema.

É verdade que se trata de um debate desequilibrado. Resultado da condição periférica brasileira, ao número de brasilianistas não há quase nada de americanistas brasileiros. Além disso, são poucas as traduções, tanto no Brasil quanto nos EUA, dos novos livros, o que limita a conversa a quem possui habilidades bilíngües e aos artigos acadêmicos, estes mais freqüentes, porém com circulação limitada.¹⁰

Também não é um diálogo sem atritos. Se nos anos 60 desconfiava-se de que os brasilianistas atuavam como agentes do governo norte-americano, dentro do contexto dos "estudos de área", hoje o estudo do Brasil em temas onde fica mais fácil a comparação com os EUA tem gerado reações a uma suposta visão excessivamente norte-americanizada sobre o país. Esse tipo de crítica não é novo e se confunde com o recorrente debate se o Brasil é uma exceção nas relações raciais; e, relacionado a isso, com a famosa discussão em torno do "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil".¹¹

Neste ensaio, busco analisar novas perspectivas dessa nova geração à qual pertence Butler, especificamente nos estudos de raça e etnicidade, classe social e gênero.¹² Em especial, pretendo discutir por que esses temas têm despertado mais interesse do que outros entre os novos brasilianistas, sobretudo por meio de dois aspectos: mudanças recentes na academia norte-americana e o brasilianismo dentro da globalização.

A universidade norte-americana sofreu profundas reformulações a partir dos anos 70. Pressionada pelo ativismo sobretudo de negros e mulheres, ela se viu obrigada a montar programas para inserção desses e de outros grupos. Hoje, é fácil encontrar em uma grande universidade centros de "black studies", "Latin American studies", "women studies" e, em escala mais limitada, "queer studies". Esses centros, somados aos programas de ação afirmativa e ao grande número de alunos estrangeiros, têm propiciado cada vez mais espaço para estudantes, pesquisadores e professores de grupos minoritários, além de propiciar lugares de encontro multi e interdisciplinares.

O estudo do Brasil acabou parcialmente revigorado por essas mudanças, pois, sendo um país complexo, permite que se estudem um, dois ou mais desses temas ao mesmo tempo, aumentando a versatilidade do brasilianista

na hora de procurar um emprego. Apesar de hoje haver apenas um departamento sobre o país, na Universidade de Brown, e alguns centros de estudo, como o da Universidade do Novo México, há brasilianistas espalhados por todo o país, às vezes ocupando duas posições. Há casos de novos brasilianistas, por exemplo, ligados tanto ao "black studies" quanto ao "Latin American studies". Além disso, o Brasil está sendo visto de novo como "importante". O país mais populoso e industrializado da América Latina, ele é considerado "emergente", principalmente a partir de 94, depois da maior estabilidade política e do programa econômico neoliberal implantado por Fernando Henrique Cardoso.

Obviamente, também há fatores que limitam a expansão dos estudos brasileiros. Um deles é o português. Com a comunidade hispânica cada vez maior e mais influente na academia norte-americana, a explosão da língua espanhola deixou ainda menos espaço para o português, visto como de pouca importância e próxima demais ao espanhol para merecer maiores atenções. Os números falam por si só: hoje há cerca de 700 mil alunos de espanhol nas universidades norte-americanas; de português, menos de 6 mil.¹³ Além disso, privilegia-se a América hispânica nos centros de estudos latino-americanos. Essa perspectiva, no entanto, pode começar a mudar nos próximos anos, quando a segunda geração das comunidades brasileiras (hoje, com uma população estimada em 600 mil pessoas nos EUA) entrar em números maiores nas universidades norte-americanas.

O segundo aspecto mais importante refere-se à globalização e à redemocratização brasileira. A maior facilidade de locomoção e comunicação entre Brasil e EUA tem facilitado os contatos acadêmicos, principalmente através da Comissão Fulbright, que tem aumentado o intercâmbio entre os dois países. No caso do estudo de minorias, isso tem gerado um transnacionalismo que faz com que o Brasil seja visto dentro de contextos mais amplos, o que não era tão evidente nas gerações anteriores.

O cruzamento desse novo transnacionalismo com o novo perfil multicultural do acadêmico norte-americano ajuda a entender as novas pesquisas, sobretudo no campo das relações raciais, de longe o que mais tem crescido nos últimos anos.¹⁴ Também em decorrência dessa reorganização, os estudos sobre o Brasil têm sido sobretudo temático-comparativos.¹⁵ Obviamente, isso não quer dizer que os estudos tenham invariavelmente o mesmo perfil, principalmente se se leva em conta a ênfase maior ou menor ao viés comparativo.

Vários dos novos estudos apóiam-se explicitamente na comparação. É o caso, por exemplo, dos cientistas políticos Anthony Marx e Melissa Nobles.¹⁶ O estudo de Nobles, professora no MIT, é resultado de seu doutoramento na Universidade de Yale e traça uma comparação entre as políticas de censo

brasileira e a norte-americana. O objetivo da pesquisadora afro-americana é analisar de que forma elas participaram da construção racial nos dois países. A tese de Nobles é que, enquanto nos EUA a categorização racial está se tornando cada vez menos importante à medida que aumenta a importância da classe social (abrasileirando-se), no Brasil está-se dando cada vez mais importância à idéia de raça em vez de classe para explicar problemas sociais (americanizando-se).¹⁷

Anthony Marx fez a sua comparação de uma maneira mais ambiciosa e arriscada. Seu segundo livro, *Making Race and Nation: A Comparison of the United States, South Africa, and Brazil*,¹⁸ coteja as relações raciais nos três países desde o século XIX até os dias de hoje. Numa perspectiva paralela à de Nobles, Marx analisa de que maneira a formulação do conceito de raça baseou-se na consolidação da identidade nacional.

Para o autor, enquanto as leis segregacionistas norte-americanas e sul-africanas serviram para unificar a população branca à custa do negro (o Sul e o Norte nos EUA pós-Guerra Civil; descendentes de ingleses e holandeses após a Guerra do Boer, na África do Sul), no Brasil a transição pacífica para a independência e a pouca ameaça representada pelo negro após a Abolição fizeram com que medidas segregacionistas se tornassem desnecessárias. A longo prazo, argumenta Marx, a segregação nos dois países criou as condições para o aparecimento de movimentos negros consistentes nos dois países, ao passo que no Brasil a ambigüidade da ação discriminatória teria limitado a atuação desses grupos.

Como em qualquer comparação, Marx conscientemente correu o risco da simplificar. No entanto o fato de haver três países levou esses riscos ao limite. Até pelo espaço: é muito difícil cobrir 600 anos de história de três realidades tão distintas em um livro apenas. No caso do Brasil, nota-se uma excessiva simplificação da trajetória política nacional. O livro, contudo, se não traz muitas novidades sobre o Brasil, ajuda a entender a experiência do país à luz da trajetória de outras nações contemporâneas.

Há outros estudos em que a comparação não fica tão explícita, e esta é sem dúvida a que tem gerado mais debate, sobretudo nas questões raciais. Aqui, o antigo debate do relativismo e de estudar outra cultura "nos seus próprios termos" ganha novos contornos. Afinal, trata-se de uma geração formada principalmente por afro-americanos e estudando afro-brasileiros. Além disso, existe a premissa de que a experiência dos afro-americanos tem sido vitoriosa, principalmente a partir dos anos 60. Ao estudar o Brasil, é quase inevitável que a comparação se dê em termos valorativos.¹⁹

É o caso da antropóloga afro-americana France W. Twine. O seu livro, *Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White Supremacy in Brazil*,²⁰ é um estudo etnográfico sobre racismo na localidade de Vasalia, no

Estado do Rio de Janeiro. Fazendo uma análise do cotidiano da cidade sob o prisma das relações raciais, Twine é um caso em que a balança entre o Brasil e os EUA pendeu mais para o último. Ela não consegue - e não quer - escapar da estrutura racial norte-americana, tirando conclusões apressadas e contraditórias das relações raciais no Brasil somente a partir de seu trabalho de campo em Vasália.

Em um trecho, por exemplo, Twine relata a reprovação que ouviu de sua hospedeira ao dizer que gostava de pimenta. De acordo com o relato, a hospedeira e suas filhas teriam dito que pimenta não era saudável e que só baianos usavam; "brasileiros mesmos", não. Refletindo sobre o episódio, Twine afirma que "os brasileiros mesmos (sic) associate pepper and hot flavors with Africa, and most importantly with bahianos, whom they don't consider real Brazilians because they retain too many African cultural traits. They say that real Brazilians are cultural hybrids."²¹ Além de ser muito rara a idéia de que os baianos não sejam realmente brasileiros (ultimamente, tem até se discutido o contrário: que o Brasil não é só a Bahia), também fica difícil entender a oposição que a autora faz entre "African cultural traits" e "cultural hybrids".

Somam-se a isso o uso de termos como "euro-brasileiro" e "afro-brasileiro", em que a autora simplifica excessivamente a questão da identidade racial brasileira, e a constante condenação que ela faz dos seus informantes a respeito da falta de consciência racial e da negação de racismo. Há também problemas de terminologia: sua tradução, do português para o inglês, de "negro" como um termo pejorativo e de "preto" como o termo correto para ser usado - o correspondente do "black" - mostra que a autora não se livrou da perspectiva norte-americana, em que esses termos têm uma oposição que quase inexistente no Brasil.²²

O livro de Butler, *Freedoms Given, Freedoms Won: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador*,²³ atingiu melhores resultados. Estudando os movimentos negros em Salvador e São Paulo, a historiadora fez um recorte desafiador: se a abolição foi um ato de governo, como eles se reorganizaram nos anos posteriores à abolição? A análise de Butler é um exemplo interessante da ambivalência entre a perspectiva norte-americana e a brasileira. Na introdução e na conclusão, Butler coloca o Brasil dentro da diáspora afro-atlântica, mas o relacionando especialmente com os Estados Unidos. Em especial, Butler propõe questões baseadas no nacionalismo negro norte-americano, que poucas vezes ecoou ou ecoa na maioria das comunidades negras brasileiras, em especial a discussão entre separatismo e integração. "For Afro-Brazilian history, and that of the Afro-Atlantic in general, the analytical frameworks of diasporas help frame and address important questions. Is it possible to speak of a 'black' community? Is

separatism ultimately more profitable than integrationism?"²⁴ Além disso, ao colocar essa pergunta como uma questão "afro-atlântica", Butler deixa de lado países como o Haiti e Jamaica, de maioria negra e portanto *a priori* excluídos do debate entre integracionismo e separatismo.

Nos outros capítulos, no entanto, o aspecto comparativo não fica tão evidente, e transparece no texto o cuidado da autora com as fontes e com o contexto histórico brasileiro, em especial as cidades de São Paulo e Salvador. Segundo Butler, enquanto em São Paulo os negros se organizavam em torno de uma "política racial", com a publicação de jornais e a fundação de um partido, a Frente Negra Brasileira, em 31, em Salvador, cuja população negra era bem maior, mantinha-se uma diversidade étnica marcada pelas nações africanas e por uma "política cultural". Usando essas imagens contrastantes, Butler habilidosamente costurou as populações negras das duas cidades com os diferentes desafios de cada, em nível tanto local quanto regional.²⁵

Na ponta do espectro comparativo encontram-se dois trabalhos escritos por judeus-americanos. São estudos em que a premissa norte-americana fica menos à mostra, mais evidente talvez no tratamento teórico dos temas. Trata-se também de estudos enfocados na construção étnico-racial brasileira a partir do conceito de negociação.

Apesar de tantas mulheres negras entre a nova geração, é do antropólogo John Burdick o único livro que faz o cruzamento de raça e gênero. O seu segundo livro, *Blessed Anastácia: Women, Race, and Popular Christianity in Brazil*,²⁶ é uma intersecção de três temas que têm se destacado nos estudos da nova geração: raça, gênero e religiosidade. Como em seu trabalho anterior, sua pesquisa está ligada, mais do que à permanência, a transformações da sociedade brasileira. Em *Procurando Deus no Brasil*,²⁷ o que de início seria uma pesquisa sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ligadas à Teologia da Libertação transformou-se numa pesquisa de como a Igreja Católica estava perdendo espaço no Brasil. De maneira análoga, *Blessed Anastácia* analisa a construção da consciência racial não pelos frágeis movimentos negros, mas por meio da religiosidade popular, em especial o culto à escrava Anastácia e as religiões pentecostais.

Burdick propõe uma análise que busca explorar a formação da consciência racial dentro da prática religiosa e do recorte por gênero. A escolha por caminhos que não se encaixam em oposições fáceis faz do livro de Burdick um delicado retrato das relações raciais no Rio de Janeiro, costurando habilidosamente sua abordagem politizada e participativa com uma interpretação sensível das contradições da conscientização racial e das novas formas de religiosidade surgidas nos últimos anos.

O único trabalho sobre raça e etnicidade lançado recentemente e que não está centrado nas relações entre negros e brancos é *Negotiating National*

Identity: Immigrants, Minorities and the Struggle for Ethnicity in Brazil,²⁸ do historiador Jeffrey Lesser. O historiador mostra como a elite de grupos imigrantes não-brancos, em especial japoneses e árabes, negociaram no Brasil a identidade nacional, fazendo um estudo sobre imagens do Brasil. Em especial, Lesser está interessado em saber como os grupos não-brancos tiveram no projeto racial das elites brasileiras.

O recorte temporal - de 1850 a 1950 - começa com as tentativas de trazer imigrantes chineses ainda durante o período imperial. As discussões que se formaram em torno da vinda dos chineses teriam iniciado debates posteriores na elite brasileira sobre qual seria o imigrante desejável, refletindo quando da chegada dos grupos não-brancos, nas primeiras décadas deste século.

A argumentação que serve como fio-condutor aos sete capítulos do livro está em torno do hífen. Para Lesser, o multiculturalismo que começa a despontar hoje no Brasil, principalmente no fortalecimento da imprensa étnica, faz parte de processo de pelos menos 150 anos de negociação do que é ser brasileiro, no qual muitas vezes o hífen teve de ser escondido. O paradoxo de o país ser, ao mesmo tempo, multicultural e sem hífen revela uma das estratégias para que os grupos não-brancos fossem incluídos na identidade nacional: no Brasil, tem de ser brasileiro, ponto.

As elites dos imigrantes japoneses e árabes souberam aprender, argumenta Lesser, a identificar o discurso racial brasileiro e buscaram se adequar a ele, ao mesmo tempo em que colocavam em xeque a noção da raça brasileira. Habilmente, o autor nos leva a perceber que o tão sonhado projeto da raça brasileira falhou e que, em vez disso, hoje há um reconhecimento maior de que se pode ser nipo, árabe ou afro sem deixar de ser brasileiro.

Apesar da diversidade, podem-se notar alguns traços em comum entre a produção recente brasilianista sobre raça e etnicidade. Em primeiro lugar, a preocupação é com o presente. Os autores começam os seus relatos a partir do Brasil contemporâneo, indicando o interesse em entender o processo da formação social e nacional brasileira que está sendo analisado a partir da ótica racial. Isso faz com que esses trabalhos se concentrem a partir de meados do século XIX, com uma ênfase especial nas primeira metade deste século (Lesser, Butler), nos dias atuais (Burdick, Twine) ou no século inteiro (Marx, Nobles).

Além disso, a produção recente de brasilianistas sobre a questão de raça acentua, como assinalou George Reid Andrews, a questão do preconceito, discriminação e identidade racial. Andrews também sugere que a presença de afro-americanos faz diferença, mas que é menos importante do que o aspecto geracional, pois as novas pesquisas, de forma geral, tendem a focar cultura, ideologia e discurso em detrimento do viés político-econômico das gerações anteriores.²⁹

Andrews tem razão ao apontar os novos enfoques, mas o fato de os novos autores serem afro-americanos tem um peso à medida que os autores se colocam em uma posição identitária transnacional, analisando o Brasil - e os Estados Unidos - como partes do mesmo processo que empurrou os negros nas camadas mais pobres.³⁰

Há uma falta de diálogo também, como nota Gail D. Triner.³¹ Segundo ele, não há ainda um cruzamento entre estudos sobre afro-descendentes e estudos sobre outras etnicidades, o que, em última análise, prejudica o entendimento da construção racial brasileira, que fica à imagem e semelhança da realidade norte-americana. Para Triner, isso acontece em parte porque os estudos sobre construção racial têm sido marcados menos pela interação entre os vários grupos étnico-raciais brasileiros do que pelo contraste com os Estados Unidos.

Ao alerta de Triner sobre a falta de diálogo entre os estudos de raça e os de etnicidade deve-se acrescentar a ausência do estudo de classe social. Ainda um tema pouco explorado entre os brasilianistas, há sinais recentes de mudanças, com dois livros lançados enfocando classe social. O primeiro, *Family and Favela: The Reproduction of Poverty in Rio de Janeiro*,³² do historiador Julio César Pino, estuda três favelas cariocas entre as décadas de 40 e 60. Fortemente baseado em estatísticas, Pino mostra como o processo de favelização se interligou com a estrutura familiar, tocando sobretudo em ocupação do espaço urbano, poder público e oportunidades econômicas. De origem cubana, o autor mostra uma inversão problemática: Pino praticamente não toca na questão racial, supervalorizando o recorte por classe.

Mais recentemente, foi publicado o livro *Intimate Ironies: Modernity and the Making of Middle-Class Lives in Brazil*,³³ de Brian P. Owensby. Orientado pelo professor Stanley Stein, da primeira geração brasilianista, o historiador explora a formação da classe média brasileira entre as décadas de 1920 e 1960, em São Paulo e no Rio. A análise centra a questão do "apolitical politics", mostrando como o ambivalente comportamento político da classe média é afetado por fatores como sobrevivência econômica, status, moral, estrutura familiar e estabilidade. Baseando-se em fontes literárias, periódicos, arquivos governamentais e sindicais, Owensby traça a trajetória de uma classe média que associa democracia à estabilidade econômica, explorando o paradoxo da dramática busca pela modernidade das duas maiores cidades brasileiras durante meados do século, mantendo ao mesmo tempo um forte apego a valores estáveis.

Tanto Pino quanto Owensby dão pouca ênfase à raça, deixando os livros vulneráveis a esse tipo de crítica. No entanto a mesma crítica não é tão forte quando os livros de raça pouco tocam em classe social, e isso analisando um país com uma das piores distribuições de renda do mundo. Apesar de ainda

incipiente, o estudo de classe talvez faça com que o tema entre mais no estudos de relações raciais e vice-versa.

Uma última área também tem despontado: estudos sobre homossexualismo, que recebeu a atenção de três pesquisas recentes, duas conduzidas por antropólogos e uma, por um historiador. É interessante notar que, como no caso dos afro-americanos, o fato de serem acadêmicos gays altera sua relação com o tema, e a comparação também tende a ficar mais ou menos evidente.

O historiador James Green escreveu a primeira história social do homossexualismo no Brasil abrangendo todo o século XX. Lançando mão de entrevistas, boletins médicos, publicações alternativas e a própria história pessoal - Green militou no primeiro grupo militante gay brasileiro, na década de 70 -, *Beyond Carnival*³⁴ preocupa-se em entender o homossexualismo masculino brasileiro enquanto uma subcultura, tentando conciliar a opção sexual com a repressão imposta aos gays, numa constante negociação por espaço público e aceitação social. Preocupado em entender a construção de uma identidade gay brasileira atual, a narrativa começa no final do século XIX, no Rio de Janeiro, e termina com o surgimento dos primeiros movimentos organizados, no final da década de 70.

Travesti, do antropólogo Don Kulick, é uma etnografia do difícil cotidiano dos travestis soteropolitanos, escrito a partir da experiência do autor no cotidiano de pobreza, prostituição, AIDS, discriminação e sexualidade. O livro baseia-se principalmente em depoimentos, reproduzidos em português e em inglês da forma mais oral e crua possível. As várias fotos publicadas completam um estudo que se vê comprometido com o grupo estudado, respeitando a trajetória da comunidade e analisando a partir do ponto de vista local.³⁵

Finalmente, o livro *Beneath the Equator*, de Richard Parker,³⁶ coloca o homossexualismo brasileiro dentro do fenômeno da globalização e da mobilidade espacial. Decorrência desse recorte, Parker, que já estuda o homossexualismo no país há mais de dez anos, centra a atenção no contexto urbano, baseando-se em histórias de vida e na compreensão do espaço urbano a partir da experiência homossexual. De enfoque mais explicitamente comparativo, Parker usa do contraste para ver o que há de comum no mundo globalizado ao mesmo tempo que busca identificar comportamentos especificamente regionais e pessoais.

Já faz mais de 60 anos que os acadêmicos norte-americanos têm ido ao Brasil realizar suas pesquisas. Seguindo a velha tradição geracional dos trinta anos, o fim dos anos 90 aparece como o tempo ideal do surgimento de uma terceira geração. Neste ensaio, sugiro que as abordagens recentes devem-se sobretudo a novas tendências da academia norte-americana e ao perfil diferenciado dos novos pesquisadores, mas cujas pesquisas se viabilizaram

também em razão da abertura do Brasil para estes temas. Em muitos casos, é uma escrita engajada, especialmente quando há alguma forma de identidade entre pesquisador e o grupo estudado. Com a globalização e a redemocratização brasileira, ficou mais fácil o estabelecimento desses contatos e a busca de uma atuação política pelos brasilianistas, fato que, naturalmente, tem gerado e gerará atritos.

A mesma globalização, no entanto, também enfraqueceu o conceito "brasilianismo", o qual, segundo Robert Levine, é uma invenção brasileira de pouco uso nos EUA.³⁷ Por razões de mercado, será difícil um acadêmico arranjar um emprego se for apenas brasilianista. Isso faz com que o Brasil vire um exemplo, em que o pesquisador tem de olhar para o país como um caso de multiculturalismo ou de racismo, por exemplo. O caso de Melissa Nobles e de Anthony Marx são os casos mais evidentes: como chamar de brasilianista o autor de um livro em que o Brasil não aparece mais do que a África do Sul e os EUA?

Nessa tensão entre, de um lado, exigências acadêmicas e profissionais para certos temas e abordagens específicas e, de outro, a vocação militante de grande parte da nova geração, como fica o retrato do Brasil? Aqui, volto à sala Frank Tannenbaum da Universidade de Colúmbia. À medida que aumenta o intercâmbio de idéias entre norte-americanos e brasileiros, mais o pesquisador brasilianista terá de se preocupar, ao mesmo tempo, em escrever para, e dialogar com, os dois públicos. Afinal, a história do Brasil, em última análise, é para os brasileiros.³⁸

NOTAS

1. Este artigo originou-se de uma extensa pesquisa sobre os novos estudos lançados nos últimos dois anos nos EUA, que resultou em um caderno especial do *Mais!*, encarte cultural da *Folha de São Paulo*, publicado no dia 6 de junho de 1999. Várias pessoas com quem conversei identificarão suas idéias mais ou menos reinterpretadas aqui: George Reid Andrews, Dain Borges, Kim Butler, James Green, Jeffrey Lesser, Robert Levine, Elizabeth Mahan, José Carlos Sebe Bom Meihy, Melissa Nobles, Julio Pino, Rebecca Reichman, Thomas Skidmore, Jon Tolman e Luiz Valente. Agradeço especialmente a Anani Dzidzienyo, professor da Universidade de Brown, pelas longas conversas que tivemos, e a Alcino Leite Neto, editor do *Mais!*, cuja sensibilidade percebeu que havia algo de novo nos estudos brasileiros realizados nos EUA.
2. Frank Tannenbaum, *Slave and Citizen*. (New York, Vintage Books, 1947). Para uma análise do impacto historiográfico de Tannenbaum, leia-se Carl Degler, *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States* (New York, the Macmillan Company, 1971), p.19-27.
3. Anani Dzidzienyo, *The Position of Blacks in the Brazilian Society* (London, The Minority Rights Group, 1971).
4. Jeffrey Lesser, Melissa Nobles e Ollie Johnson foram alunos de graduação na Universidade de Brown com o professor Dzidzienyo. Além deles, o historiador ganhês mantém uma "rede"

- de pesquisadores que estudam raça no Brasil, entre eles John Burdick, Kim Butler, Michael Hanchard e Anthony Marx. Para um perfil de Dzidzienyo, leia-se a história oral de vida publicada por José Carlos Sebe Bom Meihy, "Anani Dzidzienyo", (in *A Colônia Brazilianista*, (São Paulo, Nova Stella, 1990), p. 293-312. Num dos trechos, Dzidzienyo diz que "uma das boas coisas que podem acontecer ao brasilianismo é a valorização do grupo negro e de outras minorias" (p.312). Leia-se ainda "História de Um Pioneiro", publicado por mim (*Folha de S. Paulo*, 6/6/99), p. 5-8.
5. June Hahner, "Women and Work in Brazil, 1850-1920: A Preliminary Investigation," (in *Essays concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*, org. Dauril Alden e Warren Dean; Gainesville, University Presses of Florida, 1977).
 6. Essa visão estereotipada pode ser vista em matéria publicada na revista *Veja*, em 9/9/98, pelo jornalista Carlos Graieb. No artigo intitulado "Brasil desfocado", ele lamenta o fim do brasilianismo "clássico". Segundo ele, "Os historiadores deixaram de lado os grandes temas e passaram a se ocupar com coisas como culinária e batucada, na linha da chamada 'história das mentalidades'."
 7. Os livros de Meihy sobre o brasilianismo são *Introdução ao Nacionalismo Acadêmico: os Brazilianistas* (São Paulo, Brasiliense, 1984) e *A Colônia Brazilianista: História Oral de Vida Acadêmica*, *op. cit.*
 8. Argentino radicado no Brasil.
 9. Fundada em 1992, a Brasa, com sede na Universidade do Novo México, contava até junho de 1999 cerca de 1.200 integrantes, a maioria brasileiros (640) e norte-americanos (491). O quarto congresso da Brasa será no ano 2000, no Recife. É o primeiro encontro da Brasa no Brasil.
 10. A situação ainda é precária, mas dá sinais de mudança. Dos brasilianistas da nova geração, apenas dois tiveram os livros publicados no Brasil: Jeffrey Lesser e John Burdick. Depois de seis anos, finalmente foi publicado um livro fundamental: George Reid Andrews, *Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988* (Bauru, Edusc, 1997). Em entrevista concedida a mim, Andrews disse ter ouvido de vários editores que a história de negros desperta pouco interesse e portanto "não vende". Nos Estados Unidos, a boa novidade, além dos novos trabalhos, é a tradução de autores brasileiros, organizados por acadêmicos norte-americanos. Leia-se Rebecca Lynn Reichmann (org.), *Race in Contemporary Brazil: From Indifference to Inequality* (Pennsylvania State University, 1999) e Michael Hanchard (org.), *Racial Politics in Contemporary Brazil* (Durham, Duke University Press, 1999).
 11. Para uma crítica ao brasilianismo nessa linha, leia-se Marcos Augusto Gonçalves, "Brazilianistas" (*Folha de S. Paulo*, 6/6/99), p. 1-6.
 12. Um outro tema que tem recebido atenção dos brasilianistas é o de estudos religiosos, do qual John Burdick também faz parte, principalmente por seu trabalho anterior. Para uma breve avaliação desses estudos, leia-se Esther Hamburger, "Estudos Enfocam Igrejas Populares" (*Folha de S. Paulo*, 6/6/99), p. 5-6.
 13. Carlos Graieb, *op. cit.* O ensino do português no entanto tem crescido na década de 90. Segundo Luiz Valente, do Departamento de Estudos Luso-Brasileiros da Universidade de Brown, entre 1990 e 1995 houve um aumento de 5%, o mesmo se repetindo entre 1995 e 1999.
 14. Entre 1998 e 1999, 10 dos 43 livros lançados nos EUA sobre o Brasil tratavam de raça e etnicidade.
 15. Além dos estudos, os encontros acadêmicos também têm sido marcados pela abordagem temático-comparativa. Em setembro de 1999, houve na Universidade de Brown um encontro intitulado "Regionalism and National Identity in Brazil and Mexico", dividido em quatro painéis: religião, fronteiras, raça e nacionalismo.
 16. A estes dois autores somam-se o livro do inglês Kevin Bales, *Disposable People: New Slavery in the Global Economy* (Berkeley, University of California Press, 1999). Trata-se de um livro de denúncia da existência de trabalho escravo no mundo. Com uma foto do brasileiro Sebastião Salgado na capa, o livro dedica um capítulo para cada um dos seguintes países:

- Tailândia, Maurítânia, Paquistão, Índia e Brasil, o único país ocidental; e Sandra Deutsch, *Las Derechas: The Extreme Right in Argentina, Brazil, and Chile 1890-1939* (Stanford, Stanford University Press, 1999).
17. Melissa Nobles, *Shades of Citizenship: Race and Censuses in Modern Politics* (Stanford, Stanford University Press, no prelo).
 18. Anthony Marx, *Making Race and Nation: A Comparison of the United States, South Africa, and Brazil* (New York, Cambridge University Press, 1998).
 19. Além dos novos trabalhos acadêmicos, leia-se o livro do jornalista afro-americano Eugene Robinson, ex-correspondente do *Washington Post* na América do Sul. *Coal to Cream: a Black Man's Journey Beyond Color to an Affirmation of Race* (New York, Free Press, 1999). O livro é uma sensível narrativa de como o jornalista mudou a sua identidade como negro desde a sua infância, no sul dos EUA, até se tornar editor do *Washington Post*, e como as suas viagens ao Brasil o fizeram refletir sobre a questão racial.
 20. France Winddance Twine, *Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White Supremacy in Brazil* (New Brunswick, Rutgers University Press, 1998).
 21. *Idem*, p. 16.
 22. Para uma crítica mais detalhada, leia-se Peter Wade, "Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White Supremacy in Brazil (Review)", *Journal of Latin American Studies*, v.30, i3, p. 668(3).
 23. Kim Butler, *Freedoms Given, Freedoms Won: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador* (New Brunswick, Rutgers University Press, 1998).
 24. *Idem*, p. 226.
 25. Os trabalhos dessa tendência incluem ainda o cientista político afro-americano Ollie Johnson. O seu artigo "Racial Representation and Brazilian Politics: Black Members of the National Congress, 1983-1999", *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 40, n. 4: 97-117 analisa a falta de representatividade negra no Congresso Nacional e por que não existe uma identidade negra definida entre os poucos representantes. O artigo é construído a partir de pólos positivos e negativos. Para Johnson, o grande ponto positivo é o surgimento de um grupo atuante de congressistas negros, como Abdias do Nascimento e Benedita da Silva. É interessante notar que as muitas das posições as quais, segundo Johnson, eles defendem, têm inspiração nos EUA: ação afirmativa, introdução de história africana e afro-brasileira nas escolas etc. De ponto negativo, Johnson identifica, na maioria, "problemas" que não acontecem nos EUA: o fato de a maioria dos congressistas negros estar em "partidos pequenos de esquerda" - PT e PDT -, a excessiva diversidade ideológica e partidária brasileira e a relutância de deputados mulatos em se considerarem negros.
 26. John Burdick, *Blessed Anastácia: Women, Race, and Popular Christianity in Brazil* (New York, Routledge, 1998).
 27. John Burdick, *Procurando Deus no Brasil* (Rio de Janeiro, Mauad, 1998).
 28. Jeffrey Lesser, *Negotiating National Identity: Immigrants, Minorities and the Struggle for Ethnicity in Brazil* (Durham, Duke University Press, 1999).
 29. Entrevista concedida a mim por e-mail e não publicada.
 30. Leia-se a entrevista de Kim Butler concedida a mim. "Alvorada da Abolição". (*Folha de S. Paulo*, 6/6/99), p. 5.
 31. Gail D. Triner, "Race With or Without Color? Reconciling Brazilian Historiography," *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, 10, n. 1: (www.tau.ac.il/eial/X_1/triner.html), p. 1-21.
 32. Julio César Pino, *Family and Favela: The Reproduction of Poverty in Rio de Janeiro* (Westport, Greenwood Press, 1997).
 33. Brian P. Owensby, *Intimate Ironies: Modernity and the Making of Middle-Class Lives in Brazil* (Stanford, Stanford University Press, 1999).
 34. James Green, *Beyond Carnival* (Chicago, Chicago University Press, 1999).
 35. Don Kulick, *Travesti* (Chicago, Chicago University Press, 1998).

36. Richard Parker, *Beneath the Equator: Cultures of Desire, Male Homosexuality, and Emerging Gay Communities in Brazil* (New York, Routledge, 1999).
37. Leia-se o artigo publicado por mim, "O Brasil da Geração Afirmativa", (*Folha de S. Paulo*, 6/6/99), p. 5-4.
38. No momento em que terminava este ensaio, foi publicado um artigo do embaixador brasileiro nos EUA, Rubens Barbosa, no qual ele escreve que "O Brasil não é estudado seriamente em nenhuma instituição no centro de poder dos EUA". Além de mal informado, Barbosa mostrou um profundo desrespeito a tudo que tem sido publicado nos últimos dois anos. O motivo é que, segundo ele, a função principal do brasilianismo é fazer propaganda: "A palavra de ordem é a divulgação do Brasil nos EUA. Desse esforço todos se beneficiam, sobretudo o setor privado, que terá maior e melhor informação sobre o que ocorre na maior economia da América do Sul e nos EUA." Infelizmente, Barbosa confunde pesquisa acadêmica com peça publicitária. "Aparecer é preciso" (*Folha de S. Paulo*, 14/12/99), p. 1-3.